



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E O RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Março de 2021

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5-6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

Ribeirão Preto – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, combinadas com as aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

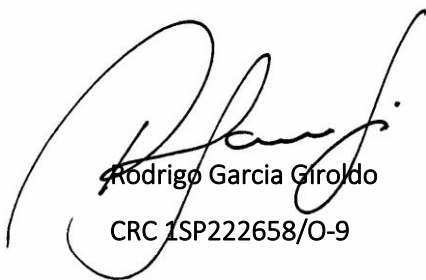
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 26 de março de 2021.



Rodrigo Garcia Giroldo
CRC 1SP222658/O-9

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Nota	2020	2019
	explicativa		
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.670.293	7.165.396
Contas a receber	5	7.378.080	15.731.168
Estoques	6	2.924.579	915.040
Outros créditos	7	1.821.932	393.891
Despesas antecipadas		7.828	11.799
Total do ativo circulante		30.802.712	24.217.294
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	14	77.458	56.453
Investimentos		-	200.000
Imobilizado	8	8.518.342	6.591.422
Total do ativo não circulante		8.595.800	6.847.875
Total do ativo		39.398.512	31.065.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Nota explicativa	2020	Reapresentado 2019
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	631.400	560.801
Fornecedores e prestadores de serviços	10	6.466.683	6.280.057
Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	4.226.268	2.833.436
Provisão de férias e encargos		6.323.655	3.972.978
Outras obrigações	12	2.070.302	1.512.177
Contratos de gestão e convênios a realizar	13	6.646.106	8.800.946
Total do passivo circulante		26.364.414	23.960.395
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	1.224.044	1.845.322
Outras obrigações	12	2.676.015	806.741
Provisão para contingências	14	461.705	128.511
Total do passivo não circulante		4.361.764	2.780.574
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		277.655	(174.143)
Ajuste de avaliação patrimonial		4.029.805	4.179.660
Reserva de doações		16.740	16.740
Superávit acumulado		4.348.134	301.943
Total do patrimônio líquido	16	8.672.334	4.324.200
Total do passivo e patrimônio líquido		39.398.512	31.065.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Nota	Reapresentado	
	explicativa	2020	2019
Receita operacional			
Serviços de Saúde	17	103.345.842	84.010.101
Doações	18	41.814	25.601
		103.387.656	84.035.702
Custos dos serviços prestados	19	(89.247.321)	(74.792.781)
Superávit Bruto		14.140.335	9.242.921
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	20	(6.298.061)	(4.907.774)
Com pessoal		(3.170.310)	(3.269.484)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	21	14.046	(440.318)
		(9.454.325)	(8.617.576)
Superávit antes do resultado financeiro		4.686.010	625.345
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		49.220	222.621
Despesas financeiras		(387.096)	(546.023)
	22	(337.876)	(323.402)
Superávit do exercício		4.348.134	301.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Reapresentado	
	2020	2019
Superávit do exercício	4.348.134	301.943
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	149.855	173.067
Resultado abrangente do exercício	4.497.989	475.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de doações	Superávit acumulado	Total patrimônio social
Saldos em 1º de janeiro de 2019 (reapresentado)	(552.049)	4.352.727	16.740	204.839	4.022.257
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	204.839	-	-	(204.839)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(173.067)	-	173.067	-
Superávit do exercício – reapresentado	-	-	-	301.943	301.943
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	(347.210)	4.179.660	16.740	475.010	4.324.200
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	475.010	-	-	(475.010)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(149.855)	-	149.855	-
Superávit do exercício	-	-	-	4.348.134	4.348.134
Saldos em 31 de dezembro de 2020	127.800	4.029.805	16.740	4.497.989	8.672.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	2020	Reapresentado 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit do exercício	4.348.134	301.943
Ajustes para conciliar o superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	291.776	(108.150)
Depreciações e amortizações	391.756	368.576
Valor residual das baixas do imobilizado	14.353	-
Juros sobre empréstimos	256.942	344.656
(Reversão) provisão para demandas judiciais	333.194	(58.756)
Resultado do exercício ajustado	5.636.155	848.269
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	8.061.312	91.735
Estoques	(2.009.539)	(125.579)
Outros ativos	(1.445.075)	9.096
Fornecedores	186.626	590.344
Obrigações sociais e provisão de férias	3.743.509	511.087
Outras obrigações	272.559	1.489.960
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	14.445.547	3.414.912
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado e Investimentos temporários	(2.133.029)	(373.011)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	(2.133.029)	(373.011)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Liquidações dos empréstimos, financiamentos e juros	(807.621)	(817.743)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos	(807.621)	(817.743)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	11.504.897	2.224.158
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	18.670.293	7.165.396
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.165.396	4.941.238
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	11.504.897	2.224.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

1. Contexto operacional

A Fundação Hospital Santa Lydia, sediada em Ribeirão Preto SP, cuja instituição foi autorizada pela Lei Complementar nº 2.415 de 14 de julho de 2010, e alterações pela Lei Complementar nº 2.434 de 17 de dezembro de 2010, com autonomia administrativa, operacional e financeira e plena gestão dos seus bens e recursos, rege-se por seus atos constitutivos e pelo seu Estatuto Social. A Fundação teve seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido em 15 de março de 2011. Constitui-se como finalidade da Fundação a execução e prestação de serviços de saúde ao Poder Público Municipal e à iniciativa privada, incluindo o fornecimento de suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência e as atividades hospitalares destinadas, preferencialmente, aos usuários do Sistema SUS moradores de Ribeirão Preto e, suplementarmente, à iniciativa privada. Em 23 de maio de 2011, através de Escritura Pública de Doação, a Fundação passa a ser sucessora dos bens, direitos e obrigações, além de outros que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, da personalidade jurídica donatária Instituto Santa Lydia.

No exercício de 2014, através do processo de nº. 1038008-78.2014.8.26.0506 a Fundação torna-se ré em ação civil pública com pedido de intervenção, cumulada com pedido alternativo de extinção da Fundação. Em 18/11/2014 o processo requerido acarretou a suspensão de todos os diretores e nomeação da comissão interventora da Fundação. Em 19/11/2014 ocorreu a suspensão dos membros do Conselho Curador, bem como do Superintendente da época. A Juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública nomeou a Comissão Mista de Administração, com a função de novos administradores da Fundação, com plenos poderes de gerência (supervisionar, administrar e promover as medidas pertinentes como auditoria para apurar as causas do déficit financeiro). Em 24/11/2014 a Comissão Mista de Administração e Intervenção assumiu a direção da Fundação, pelo mandado judicial acima descrito, que perdurou até 31 de dezembro de 2017. Em 27/08/2020 o processo de ação civil pública foi extinto, sendo arquivado definitivamente.

Com a nova gestão municipal em 2018 e a reativação dos órgãos de governança e de fiscalização da Fundação, a Secretaria Municipal de Saúde, dentro do seu plano municipal, trouxe vários novos projetos para a Fundação.

Destaca-se que, a partir de abril 2018, foram firmados os primeiros Contratos de Gestão com a Secretaria Municipal de Saúde, assumindo a gestão das Unidades Básica Distrital Dr. João Baptista Quartin - Pronto Socorro Central, Dr. Sérgio Arouca - Quintino II e a Unidade Pronto Atendimento Dr. Luís Loisi Viana - UPA 13 de Maio. No exercício de 2019 foi firmado um novo Contrato de Gestão da Unidade Básica Dr. Luiz Gaetani – UBS Cristo Redentor. Em 2020, foi

encerrado o contrato de gestão da UBDS Dr. Sérgio Arouca - Quintino II e, em contrapartida, foram firmados novos Contrato de Gestão para implantação e gerenciamento das Unidades de Pronto Atendimento Nelson Mandela – UPA Norte e Dr. João José Carneiro – UPA Oeste “Sumarezinho”. Além dos contratos, a Fundação também firmou um convênio para integrar o Hospital Municipal Francisco de Assis na assistência à saúde. Todas as quatro unidades de atendimentos de urgência e emergência somadas aos dois hospitais geridos pela Fundação correspondem a 80% (setenta e cinco por cento) dos serviços de urgência do município de Ribeirão Preto, os quais, quantitativamente, corresponde ao equivalente populacional do município.

As parcerias firmadas com o ente público fortaleceram a Fundação Hospital Santa Lydia como uma Fundação de apoio à Secretaria de Saúde, resolvendo diversas demandas assistenciais da comunidade de Ribeirão Preto e possibilitou a contínua busca de transformar a Fundação em uma instituição viável dando a garantia de prosseguir e ampliar as atividades dessa organização que está fazendo um papel tão importante no cenário da saúde de Ribeirão Preto e que foi tão arriscada nos anos anteriores.

1.1 COVID 19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, a pandemia do novo coronavírus, comumente denominado por Covid-19. No mesmo mês foi decretada a situação de calamidade pública no Brasil, a partir do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Na sequência, o Governo do Estado de São Paulo decreta quarentena através do Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, em sintonia à decisão, o município de Ribeirão Preto publicava o Decreto nº 65, de 16 de março de 2020, divulgando recomendações e medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid-19. Com o aumento de casos, em 19/03/2020, a partir do Decreto 069/2020, foi declarada situação de emergência na saúde pública do município de Ribeirão Preto e, na sequência, em 23/03/2020, foi declarado estado de calamidade pública no município – Decreto 076/2020.

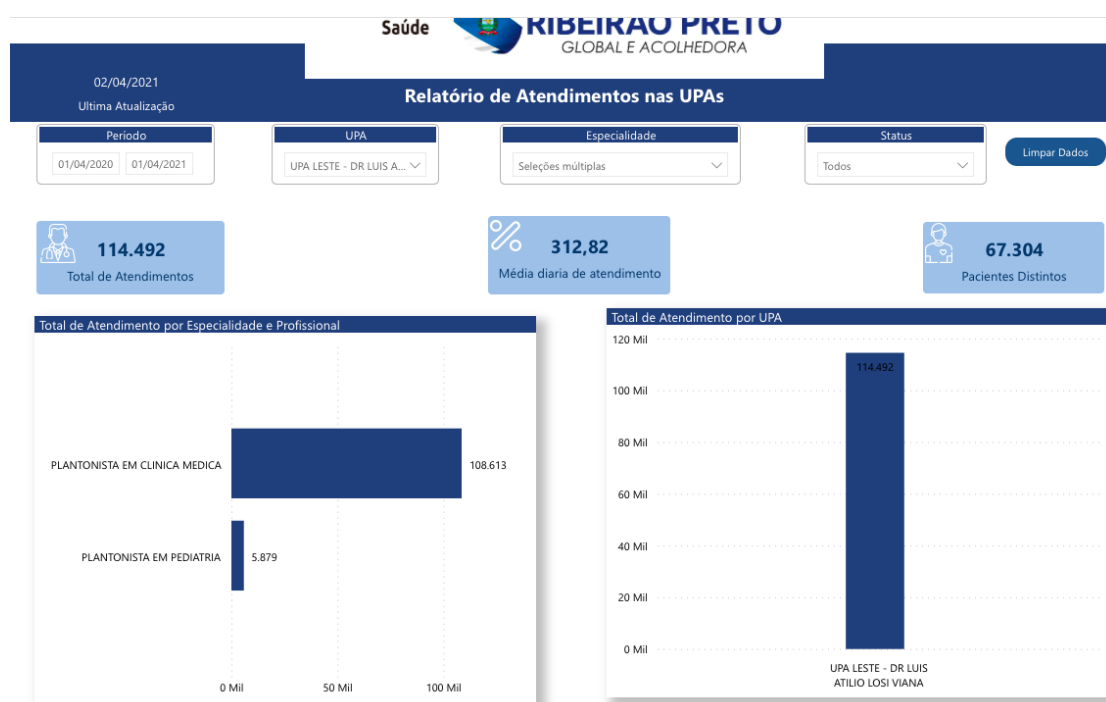
Desde os primeiros casos emergidos no Brasil, o grau de contágio do vírus foi aumentando exponencialmente, com alguns poucos períodos de contenção a partir das medidas de controle adotadas por cada região. Sendo Ribeirão Preto referência em seu Departamento Regional de Saúde, o qual contempla mais de 25 municípios, faz-se necessária a adoção de medidas contingenciais e de esforço coletivo. A Fundação Hospital Santa Lydia tem papel importante no apoio à atenção à saúde do município de Ribeirão Preto, tanto por seu Hospital quanto pelas unidades geridas através dos Contratos de Gestão. Devido a isso, é importante ressaltar as medidas e os arranjos realizados que estão intrinsecamente ligados à operacionalização das atividades do exercício em análise.

a) No âmbito estrutural

- **Firmado Convênio nº 004/2020 - Hospital Municipal Francisco de Assis:** devido à pandemia, a Fundação Hospital Santa Lydia firmou um convênio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, com interveniência da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/05/2020, para gerir e integrar o Hospital Municipal Francisco de Assis, o qual recebeu pacientes internados transferidos do Hospital Santa Lydia e demais Hospitais públicos do município para que esses pudessem passar a receber pacientes com Covid-19.

- **Abertura da Tenda no Polo Covid-19 da Unidade de Pronto Atendimento Dr. Luis Atílio Losi Viana:** a UPA 13 de Maio é gerida através de Contrato de Gestão pela FHSL desde abril de 2018, em 01/04/2020 foi montada a estrutura para atendimento exclusivo a pacientes com sintomas do novo coronavírus, tal mudança exigiu a reestruturação da unidade para o preparo dos profissionais e atendimento dos pacientes. Em 15/07/2020 foi assinado o quinto termo de rratificação do Contrato de Gestão 002/2018 prevendo a implantação de mais 25 leitos para suporte ao combate da pandemia.

De 01/04/2020 a 01/04/2021, a unidade de pronto atendimento que se transformou em polo covid-19 realizou mais de 114 mil atendimentos. Isso demonstra que o polo covid-19 se transformou em um verdadeiro hospital de campanha do município e a Fundação Hospital Santa Lydia foi a mola propulsora dessa transformação.

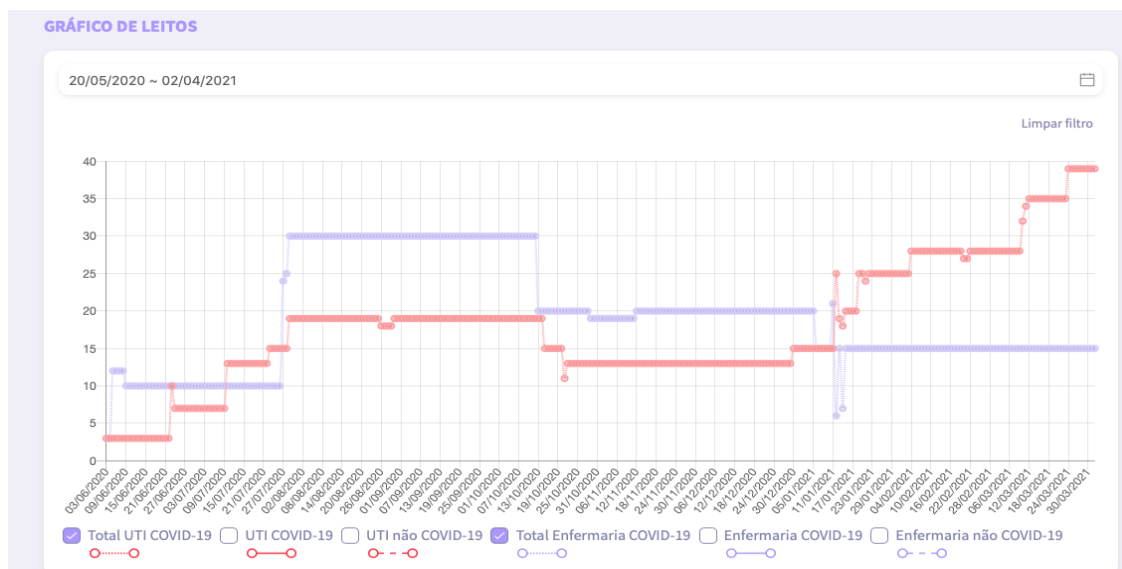


Fonte: Sistema Hygia Web

- **Destinação de parte do Hospital Santa Lydia para atendimento Covid-19:** durante o exercício de 2020 houve um incremento de 19 leitos de UTI destinados à Covid-19, a Fundação chegou a disponibilizar, entre leitos de enfermaria e UTI, 43 leitos para enfrentamento da pandemia. Em 2020, foram adaptadas duas UTIs destinadas à Covid-19 uma na própria área de UTI Adulto e outra no Centro Cirúrgico, sendo interrompidas quaisquer atividades do setor. Quanto à enfermaria, foram adaptados os Postos 2, 3 e 4, além do Pronto Atendimento e da nova Sala de Urgência. Atualmente, em 2021, com o agravamento da pandemia, o Hospital equipou e estruturou cinco UTIs destinadas à Covid-19, tendo, até o momento, capacidade de 39 leitos de UTI e 15 leitos de enfermaria.

Abaixo, segue o gráfico de leitos da evolução dos leitos de UTI e Enfermaria ofertados a COVID-19, demonstrando que o Hospital Santa Lydia não mediu esforços junto à municipalidade para ofertar leitos aos usuários do município de Ribeirão Preto.

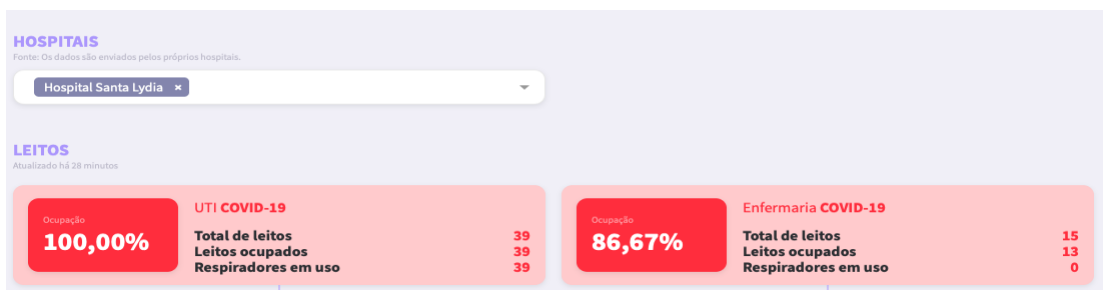
Leitos ofertados UTI e Enfermaria ao SUS



Fonte: leitoscovid.org acessado em 02/04/2021 às 10:18

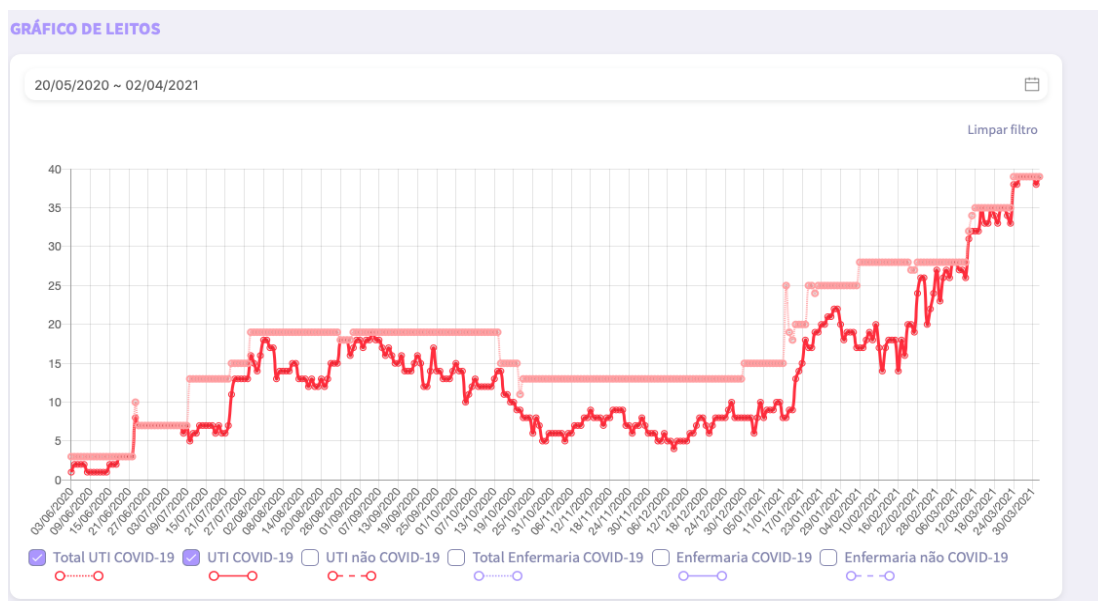
Mesmo com planejamento, organização e a preocupação de ofertar a quantidade de leitos suficientes para o enfrentamento da pandemia, muitas vezes o Hospital encontrou-se próximo à capacidade de atendimento como mostra as imagens abaixo.

Ocupação de leitos UTI e Enfermaria – Hospital Santa Lydia



Fonte: leitoscovid.org, acessado em 02/04/2021 às 10:18

Evolução das ocupações de leitos UTI – Hospital Santa Lydia



Fonte: leitoscovid.org acessado em 02/04/2021 às 10:18

b) No âmbito financeiro

- **Termos de rerratificação Convênio 048/2016:** os termos de rerratificação assinados entre maio e dezembro/2020 do convênio 048/2016 firmado entre Fundação Hospital Santa Lydia e Secretaria Municipal de Saúde incrementaram cerca de R\$7.130.865,60, através de emendas e portarias para a disponibilização de novos leitos para Covid-19 no Hospital, sendo, desse montante, R\$300.000,00 de recurso estadual, e o restante de recurso federal.
- **Termo de rerratificação Contrato de Gestão 002/2018:** na assinatura do quinto termo de rerratificação da UPA 13 de Maio, que ampliou a quantidade de leitos, foi previsto e recebido o incremento de R\$772.566,16, cuja fonte do recurso é estadual.
- **Queda nas demais produções privadas e particulares do Hospital Santa Lydia:** houve uma redução de cerca de 25% das receitas do Hospital Santa Lydia ocasionados pelas restrições de internações eletivas de Convênios e Particulares. Comparando a variação entre 2019 e 2020 da quantidade de atendimentos e procedimentos realizados, apenas para particulares e operadoras de planos de saúde, percebe-se uma queda de 85%, volume relevante para as operações do Hospital.
- **Base de cálculo da cota-parte das unidades no exercício de 2020:** devido à mudança de perfil de algumas unidades e redução de atendimentos, foi realizado o congelamento da proporção de atendimentos para o cálculo da cota-parte de despesas que são rateadas entre as unidades produtivas da Fundação, o período de congelamento persistiu de abril a dezembro de 2020.

c) No âmbito operacional

- **Procedimento de recebimento de doações:** foi criada, em 16 de julho de 2020, uma Comissão Interna para regulamentar e operacionalizar o recebimento de doações no período de pandemia, denominada Comissão de Doações – Covid-19. Foi desenvolvido um edital com formulários e a formalização do recebimento das doações pela Fundação.
- **Formulação de novos protocolos:** Por ser uma doença nova, foram elaborados novos protocolos clínicos de manejo ao paciente com suspeita ou confirmação da doença, cuidados com o corpo pós morte, paramentação e desparamentação dos EPIs, aliados aos treinamentos e orientações junto às equipes.
- **Suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas:** a partir da Lei 13.992, de 22 de abril de 2020, e, posteriormente, com a Lei 14.123, de 10 de março de 2021, foi suspensa a exigibilidade do cumprimento das metas estabelecidas para os Hospitais e Unidades geridas pela Fundação, dada a situação de instabilidade e de necessidade de contenção ao contágio da Covid-19.
- **Aumento nos fluxos:** encaminhamento de exames laboratoriais; comunicações ao estado sobre o censo Covid (óbitos, altas e internações); compras de EPIs e medicamentos; controle de entrada e saída de pacientes Covid-19 e pacientes de quimioterapia.
- **Cessão de equipamentos:** com o agravo da pandemia em meados de 2020, a Fundação recebeu respiradores cedidos pelo governo do estado de São Paulo através da DRS XIII e do CEADIS. Foram destinados para enfrentamento à Covid-19 16 respiradores para o Hospital Santa Lydia, 7 respiradores para a UPA 13 de Maio, 2 respiradores para UBDS Central e 3 respiradores para a UBDS Quintino II, que foram transferidos para a UPA Norte.
- **Aquisição de equipamentos, materiais e EPIs:** o volume de compras para suprimentos pertinentes ao tratamento de pacientes com Covid-19 e referentes à paramentação, higiene e rotina dos profissionais de saúde aumentou significativamente no período da pandemia. Em controle paralelo dos itens adquiridos, através de dispensa de licitação por se tratar de

atividade-fim ou por determinadas situações de fato, o volume financeiro dispendido com esses itens no exercício de 2020 chegou a R\$4.095.233,42.

- **Atuações do SESMT:** solicitação de implantação de vidros antivirais nas recepções das unidades e hospitais, por ora, emergencialmente, feita a implantação de barreiras acrílicas; sinalização preventiva em todas as unidades e hospitais; visitas constantes às unidades externas.

d) No âmbito de pessoal

- **Aumento no quadro de colaboradores:** tal fato ocorreu devido à criação do Polo Covid na UPA 13 de Maio, com a incorporação do Hospital Municipal Francisco de Assis e com a ampliação de leitos no Hospital Santa Lydia. Para atendimento dessa demanda, foram realizadas cerca de 100 contratações.

- **Aumento no pagamento de horas extras:** devido ao impacto geral da crise na saúde, houve dificuldade na contratação de profissionais de enfermagem, com isso, gerou aumento no pagamento de horas extraordinárias para suprir a necessidade de pessoal nos Hospitais e Unidades de Saúde.

- **Processos seletivos:** foram realizados por análise de currículo e de forma emergencial, devido à impossibilidade de realização de provas com o risco de contágio do novo coronavírus.

- **Intensificação de visitas às unidades de saúde pelo SESMT:** orientações preventivas, fiscalização e reforço do uso dos EPIs, estabelecimento de controle de fornecimento e registro de EPIs, adaptação dos refeitórios.

- **Acompanhamento dos casos de colaboradores:** foi criado um manual de procedimentos para entrega de atestados relacionados ao Covid-19, evitando o deslocamento dos funcionários, resguardando o período de quarentena; foi realizada uma gestão do absenteísmo; análise dos colaboradores pertencentes ao grupo de risco; acompanhamento dos casos de colaboradores suspeitos ou confirmados para a contaminação; e avaliações clínicas para retorno ao trabalho após contaminação ou resultado negativo. Em 2020, 270 colaboradores testaram positivo para Covid-19 e 507 registraram suspeita, todos foram afastados em determinado período.

- **Treinamentos e Orientações:** SESMT, Educação Continuada e CCIH promoveram treinamentos constantes sobre paramentação, desparamentação e uso correto dos EPIs. Houve, também, a criação de um formulário para avaliação de síndrome gripal dos colaboradores.

- **Direito trabalhista:** foi realizada a revisão de laudos ocupacionais e adicionais de insalubridade conforme novas exigências devido à pandemia.

e) No âmbito da fiscalização

- **Prestação de contas:** estão sendo realizados envios periódicos de informações ao Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

- **Portal da transparência:** a Fundação divulga seus atos, relatórios de despesas e provisionamento de receitas no portal da transparência, disponível no site institucional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para pequenas e médias empresas – CPC para PME's. Consideram, ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em

consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e demais alterações.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em reais, que é a moeda funcional da Fundação, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 26 de março de 2021. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas à apreciação e aprovação do Conselho Curador.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

2.1 Reapresentação dos valores comparativos

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas de forma retrospectiva em virtude do ajuste das aplicações financeiras vinculadas aos contratos de gestão, o efeito relativo ao exercício de 2019 corresponde a R\$ 202.085 e R\$ 100.355 nos anos anteriores ajustado nos saldos iniciais, totalizando R\$302.440, conforme demonstrado a seguir:

a) No balanço patrimonial

Descrição	31 de dezembro de 2019		
	Como Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Ativo circulante	24.217.294	-	24.217.294
Ativo não circulante	6.847.875	-	6.847.875
Total do ativo	31.065.169	-	31.065.169
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	23.657.955	302.440	23.960.395
Não circulante	2.780.574		2.780.574
Patrimônio líquido	4.626.640	(302.440)	4.324.200
Total do Passivo e patrimônio líquido	31.065.169	-	31.065.169

b) Na demonstração do resultado

31 de dezembro de 2019

Descrição	Como		
	originalmente apresentado	ajustes	reapresentado
Receita operacional líquida	84.035.702	-	84.035.702
Custo dos serviços prestados	(74.792.781)	-	(74.792.781)
Despesas operacionais	(8.617.576)	-	(8.617.576)
Resultado financeiro	(121.317)	(202.085)	(323.402)
Lucro líquido do exercício	504.028	(202.085)	301.943

c) Nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa

Essas demonstrações foram reapresentadas pelos efeitos comentados nas alíneas anteriores (a) e (b).

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Fundação, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens

significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Fundação revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano. Contudo, não há situação de maior complexidade que requeira maior nível de julgamento.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação possui aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício.

d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2020.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

f) Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios, contrato de gestão e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A administração da Fundação não tem a expectativa de outras perdas significativas.

g) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

h) Investimentos

Avaliados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para fazer face às eventuais perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

A Fundação possui bens contabilizados no grupo do ativo imobilizado que foram emprestados conforme nota explicativa 12.

j) Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

k) Fornecedores e prestadores de serviços

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

l) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

m) Contratos de gestão

Os contratos são reconhecidos pelo valor justo, e enquanto não atendidos os requisitos para o reconhecimento no resultado como receita, no mesmo momento do reconhecimento das despesas correspondentes, os valores são registrados no ativo em contrapartida do passivo, essas transações estão demonstradas na nota explicativa 22.

n) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

q) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída para os bens do ativo não circulante (imobilizado). A realização do ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável (basicamente pela baixa e depreciação do bem do ativo imobilizado avaliado) é registrada diretamente em superávit acumulados no patrimônio líquido.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	2.690	4.550
Bancos conta movimento	480.961	256.229
Bancos conta movimento – Contrato de Gestão (nota 23)	381.877	675.007
Aplicações financeiras (i)	5.247.725	2.315.282
Aplicações financeiras – Contrato de Gestão (nota 23)	12.258.432	4.261.547
Aplicações financeiras – Contrato de Gestão a transferir para Fundação (ii)	298.608	(347.219)
Total	18.670.293	7.165.396

(i) Refere-se aos fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer de acordo com as necessidades de recursos da Fundação e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

(ii) Valor financeiramente registrado como aplicações financeiras vinculadas aos contratos de gestão, no entanto, referem-se ao valor equivalente a recursos próprios utilizados pela Fundação para o pagamento de parte do rateio dos custos e despesas para os contratos de gestão em 2020, já em 2019 ocorreu o inverso, restando apenas a reclassificação de recursos próprios da Fundação para os recursos dos contratos de gestão, assim, a Fundação optou em reclassificar esse montante contabilmente para uma rubrica específica, e em período subsequente irá recompor o caixa e equivalentes de caixa da Fundação, não vinculado a contratos de gestão.

5. Contas a receber

Descrição	2020	2019
Convênios	867.400	754.614
Outros créditos a receber	556.652	1.816.213
Sistema Único de Saúde – SUS	2.604.833	1.715.512
Contrato de Gestão (ii) – nota 23	3.844.878	11.648.736
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa (i)	(495.683)	(203.907)
Total	7.378.080	15.731.168

(i) Refere-se à estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre o montante considerado de difícil recebimento.

(ii) Referente aos contratos públicos de gestão firmados com a Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto, conforme descrito na nota explicativa 1.

6. Estoques

Descrição	2020	2019
Medicamentos	1.210.023	361.619
Almoxarifado (i)	1.714.556	553.421
Total	2.924.579	915.040

(i) Trata-se de material hospitalar, materiais administrativos e produtos de limpeza.

Houve um aumento no saldo de estoques pois, devido à pandemia de Covid-19, foram realizadas compras excedentes prevendo o contingenciamento de materiais e medicamentos para atendimento à população.

7. Outros créditos

Descrição	2020	2019
Cartões de crédito	150	25.281
Adiantamento a colaborador	230.741	348.314
Adiantamento a colaborador – C. Gestão – nota 23	230.873	-
Adiantamentos a fornecedores	199.204	20.296
Adiantamento a fornecedores – C. Gestão – nota 23	6.548	-
Reajuste salarial - C. Gestão (i) – nota 23	954.416	-
Título de capitalização	200.000	-
Total	1.821.932	393.891

(i) Refere-se ao valor de provisionamento de créditos já recebidos que devem ser mantidos em caixa para pagamento futuro dos colaboradores quando ocorrer a aplicação do reajuste previsto pelo sindicato da categoria.

8. Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxas de deprec. média anual	Custo + Depreciação		2020	2019
		AAP	Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.640.490	-	1.640.490	1.640.490
Edificações	2,86%	5.485.985	(1.767.072)	3.718.913	3.904.278
Máquinas e equip.	6,67 a 100%	2.499.987	(1.885.622)	614.365	540.042
Móveis e utensílios	7,14 a 100%	974.850	(735.583)	239.267	239.133
Equip. de inform.	25 a 100%	519.545	(508.126)	11.419	10.772
Equip. Hospitalares	20%	495.183	(288.820)	206.363	256.707
Veículos	20%	44.206	(44.206)	-	-
Bens públicos estaduais (i)		2.078.603	-	2.078.603	
Bens públicos municipais (i)		8.922	-	8.922	
Total		13.747.771	(5.229.429)	8.518.342	6.591.422

Com a incorporação dos bens móveis e imóveis do Instituto Santa Lydia através da escritura pública (doação), a Fundação incorporou saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no montante de R\$ 6.819.842, lançado em contrapartida do patrimônio líquido, apurado através de laudo de empresa especializada, para a apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens imobilizados de uso. Considerando a particularidade da Fundação que é uma entidade civil sem fins lucrativos e, portanto, isenta de tributos, não foi constituída provisão para tributos diferidos sobre o ajuste do imobilizado ao valor justo.

As vidas úteis e valores residuais foram revisados pela administração seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, e não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis.

(i) Bens emprestados para a fundação pelo estado e município para enfrentamento da pandemia, conforme descrito na nota explicativa 12(iv).

b. Movimentação do custo histórico + Ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Terrenos	1.640.490	-	-	1.640.490
Edificações	5.488.985	-	(3.000)	5.485.985
Máquinas e equipamentos	2.367.172	174.395	(41.580)	2.499.987
Móveis e utensílios	920.330	64.906	(10.386)	974.850
Equipamentos de informática	513.342	6.203	-	519.545
Equipamentos Hospitalares	495.183	-	-	495.183
Veículos	44.206	-	-	44.206
Bens públicos estaduais	-	2.078.603	-	2.078.603
Bens públicos municipais	-	8.922	-	8.922
Total	11.469.708	2.333.029	(54.966)	13.747.771

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Edificações	(1.584.707)	(183.210)	845	(1.767.072)
Máquinas e equipamentos	(1.827.130)	(91.865)	33.373	(1.885.622)
Móveis e utensílios	(681.197)	(60.781)	6.395	(735.583)
Equipamentos de informática	(502.570)	(5.556)	-	(508.126)
Equipamentos Hospitalares	(238.476)	(50.344)	-	(288.820)
Veículos	(44.206)	-	-	(44.206)
Total	(4.878.286)	(391.756)	40.613	(5.229.429)

9. Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Taxa de juro mensal	Datas de vencimento	2020	2019
Bradesco S.A (capital de giro)	1,03%	10/08/2023	2.180.648	2.998.391
(-) Encargos a transcorrer			(325.204)	(592.268)
Total			1.855.444	2.406.123
Circulante			631.400	560.801
Não circulante			1.224.044	1.845.322

Os encargos contratuais (C.E.T - Custo Efetivo Total) para o capital de giro são de 1,03% a.m. Firmou-se como garantia obrigatória a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios referente aos recebíveis. Os vencimentos finais dos empréstimos do não circulante são de janeiro de 2021 até agosto de 2023.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	2020	2019
Saldos iniciais	2.406.123	2.879.210
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e juros	(807.621)	(817.743)
Juros e variação monetária	256.942	344.656
Total	1.855.444	2.406.123

A prestação mensal do atual contrato está em R\$ 68.145,25 para pagamento em 60 prestações, pagos até o momento 28/60 parcelas.

10. Fornecedores e prestadores de Serviços

Descrição	2020	2019
Fornecedores nacionais	1.098.941	1.123.927
Fornecedores – Contrato de Gestão (nota 23)	1.197.991	891.028
Honorários médicos – Pessoa física	26.843	26.846
Honorários médicos – P. física – C. Gestão (nota 23)	948	948
Honorários médicos – Pessoa jurídica	1.341.658	1.861.866
Honorários médicos – P. jurídica – C. Gestão (nota 23)	2.800.302	2.375.442
Total	6.466.683	6.280.057

11. Salários, encargos sociais e obrigações tributárias

Modalidade	2020	2019
Salários a pagar	684.315	620.070
Salários a pagar - C. Gestão (ii)	1.892.071	1.093.169
Pensão alimentícia a pagar	411	599
P. Alimentícia – C. Gestão (ii)	2.959	1.401
Vale alimentação	22.352	-
Vale alimentação – C. Gestão (ii)	54.567	-
Contribuição sindical	9.050	9.254
Contrib. Sindical - C. Gestão (ii)	729	-
INSS empregados (i)	97.031	89.896
INSS – Contrato Gestão (ii)	240.685	205.695
FGTS – Empregados (i)	162.941	120.064
FGTS – Contrato Gestão (ii)	304.886	179.536
Parcelamento FGTS	-	19.501
Parcelamento INSS	-	60.921
IRRF a recolher (i)	117.969	50.943
IRRF – Contrato Gestão (ii)	354.202	178.954
INSS retido	8	-
INSS retido – C. Gestão (ii)	49.404	-
COFINS/PIS (i)	64.823	33.311
COFINS/PIS – Contr. Gestão (ii)	137.254	134.132
Parcelamento de tributos	-	24.318
ISS	231	226
ISS – Contrato Gestão (ii)	8.950	8.626
Rescisões a pagar	15.011	-
Rescisões – C. Gestão (ii)	4.869	-
Bolsa Auxílio	1.550	2.820
Total	4.226.268	2.833.436

Os projetos firmados com as diversas entidades governamentais que ainda estão em fase de execução, são os seguintes:

- (i) Os saldos correspondem aos encargos sociais e contribuições e impostos a pagar referente ao exercício corrente.
- (ii) Relativo as obrigações com salários, encargos sociais e tributárias vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, que totalizavam em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$ 3.050.576, vide nota explicativa 23.

12. Outras obrigações

Modalidade	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Água e esgoto (i)	744.067		798.381	-
Água e esgoto - C. Gestão (iii)	154.425		113.685	-
Energia elétrica	5.870		883	-
Energia elétrica - C. Gestão (iii)	125.919		7.800	-
Telefone	-		155	-
Telefone – C. Gestão (iii)	-		5.993	-
Empréstimo consignado	66.929		60.037	-
Empr. consignado – C. Gestão (iii)	98.931		82.993	-
Outros valores a pagar	7.261		4.161	-
Outros val. a pagar - C. Gestão (iii)	1.035		3.725	-
Cessão/Empr. - Bens Públicos Estaduais – (iv)	-	2.078.603		
Cessão/Empr. - Bens Públicos Municipais – (iv)	-	8.922		
Parcelamento de água e esgoto (ii)	142.949	578.490	140.032	706.741
Parcelam. processos trabalhistas	90.000	10.000	154.000	100.000
Parcelamento processos cíveis	-	-	86.452	-
Adiantamento de terceiros	632.916		53.880	-
Total	2.070.302	2.676.015	1.512.177	806.741

- (i) Substancialmente representado por resíduos sólidos que estão sendo discutidos junto ao órgão.
- (ii) Através do processo administrativo nº 04.2015.024671-7-Requerimento Especial de termo de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento, a Fundação Hospital Santa Lydia reconheceu e confessou expressamente que é devedora do valor de R\$ 1.066.606 (Um milhão, sessenta e seis mil, seiscentos reais) a favor da DAERP (credor), relativo aos valores principais das tarifas de água, coleta de esgotos apuradas nos exercícios de 2002 a 2014. A dívida foi parcelada em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira vencível no dia 17/1/2016 no valor de R\$ 8.888 (oito mil, oitocentos e oito reais) e as demais nos dias 17 de cada mês no mesmo valor, devidamente atualizados mensalmente pela taxa Selic.
- (iii) Referente a obrigações diversas vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, que totalizavam em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$ 380.309, vide nota explicativa 23.
- (iv) Com o agravamento da pandemia em meados de 2020, a Fundação Hospital Santa Lydia recebeu respiradores cedidos pelo governo do estado de São Paulo através da DRS XIII e do CEADIS, firmados por meio de Termos de Permissão de Uso. Foram destinados para enfrentamento à Covid-19 16 respiradores para o Hospital Santa Lydia, sendo 01 Ventilador Pulmonar de Transporte Oximag, 10 Ventiladores Pulmonares Biyovent e 05 Ventiladores Pulmonares SH-300. A cessão desses equipamentos é por tempo indeterminado, estipulando o período em que persistir a necessidade de adoção das medidas de enfrentamento e combate aos efeitos da pandemia de Covid-19. Demais itens registrados, descritos por 03 poltronas e 01 aparelho de eletrocardiograma, são bens pertencentes à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, lotados em unidades de saúde geridas pela Fundação que, em determinado momento, foram emprestados para o Hospital Santa Lydia em suas operações usuais, os quais devem ser devolvidos até o término da necessidade de uso. Os valores foram reconhecidos em contas patrimoniais de ativos (Imobilizado - nota explicativa 8) e passivo, não tendo efeito no resultado da fundação.

13. Contratos de gestão e convênios a realizar

Descrição	Reapresentado	
	2020	2019
Contrato de Gestão 01/2018 – UBDS Central	1.797.464	2.823.703
Contrato de Gestão 02/2018 - UPA Leste Federal	26.449	16.364
Contrato de Gestão 02/2018 - UPA Leste Municipal	858.890	2.926.367
Contrato de Gestão 03/2018 – UBDS Quintino II	1.065.881	2.372.185
Contrato de Gestão 01/2019 - Cristo Municipal	410.199	462.600
Contrato de Gestão 01/2019 - Cristo Federal	2.050	199.727
Contrato de Gestão 01/2020 - UPA Norte	431.573	-
Contrato de Gestão 02/2020 - UPA Oeste	1.717.558	-
Convênio 04/2020 – Hosp. Munic. Francisco de Assis	336.042	-
Total (nota 23)	6.646.106	8.800.946

Os contratos públicos de gestão são reconhecidos no ativo em contrapartida do passivo. São realizados no ativo quando de seu recebimento e liquidados do passivo quando da execução dos serviços prestados, gerando assim, despesas e receitas correspondentes, conforme preconiza as normas brasileiras de contabilidade e técnicas gerais 07 (R2) – subvenção e assistência governamental.

14. Provisão para contingências

Descrição	2020	2019
Trabalhista	422.610	126.037
Trabalhista – Contrato de gestão (i)	36.621	-
Cível	2.474	2.474
Total	461.705	128.511

A Fundação no curso normal de suas operações essa sujeita a riscos de demandas trabalhistas e cíveis, e também, por sucessão de responsabilidade das obrigações do Instituto Santa Lydia (sucedido), assume a responsabilidade como parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e discute judicialmente essas ações. Com base no andamento, na posição atual, no risco envolvido e na opinião dos assessores jurídicos que indica perda

provável, a Administração decidiu manter e incrementar a provisão para as contingências trabalhistas e cível, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

(i) Referente a provisões para contingências vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, vide nota explicativa 23

(a) Movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais

	Depósitos judiciais	Provisão para contingência
Saldos em 1º de janeiro de 2019	78.097	187.267
Diminuição	(58.319)	(166.212)
Aumento	36.675	107.456
Saldos em 31 de dezembro de 2019	56.453	128.511
Diminuição	(26.798)	(54.638)
Aumento	47.803	387.832
Saldos em 31 de dezembro de 2020	77.458	461.705

15. Passivos contingentes

A Fundação possui passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido à sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões de tribunais e termos de acordo previstos em lei entre as partes envolvidas, e, como consequência disso, a Administração da Fundação não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Como sucessora das obrigações e passivos contingentes do Instituto Santa Lydia, a Fundação discute ações de natureza cível e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 7.089.785 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 8.500.124 em 2019). Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências.

Os registros contábeis, fiscais, trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

16. Patrimônio líquido

a. Patrimônio social: Representado pelo aporte de R\$ 10.200.000 (R\$ 2.200.000 em 2017; R\$ 4.800.000 em 2016 e R\$ 3.200.000 em 2015) conforme lei 13.527/2015, e também pelo saldo do acervo líquido incorporado do Instituto Santa Lydia. Anualmente, os superávits ou déficits apurados devem ser transferidos para o patrimônio social.

- b. Reserva de doações:** Constituída por doações realizadas por pessoa física e jurídica para o curso normal dos negócios da Fundação.
- c. Ajuste de avaliação patrimonial:** Representado pelo saldo que compõe o acervo líquido, vindo da incorporação do Instituto Santa Lydia, que contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, registrado em contrapartida do imobilizado.
- d. Superávits acumulados:** Representa o superávit do exercício acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação ou baixa ou alienação dos bens que tiveram o custo atribuído).

17. Serviços de Saúde

A receita líquida de prestação de serviços possui a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Particulares	483.520	1.708.367
Contrato de Gestão (nota 23)	68.832.839	52.593.347
SUS (i)	18.959.481	19.790.713
Convênios (ii)	5.732.777	6.032.360
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (iii)	239.619	427.910
Auxílios e Subvenções Federais	6.830.866	1.398.077
Auxílios e Subvenções Estaduais	300.000	-
Auxílios e Subvenções Municipais	1.966.740	2.059.327
Total	103.345.842	84.010.101

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

(iii) São os convênios de apoio à gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto.

18. Doações

Descrição	2020	2019
Outras doações de pessoas físicas e jurídicas	41.814	25.601

19. Custos dos serviços prestados

Descrição	2020	2019
Serviços médicos pessoa física e jurídica	(8.478.434)	(8.174.823)
Serviços médicos – Contrato de Gestão (nota 23)	(22.715.635)	(20.559.360)
Custos de pessoal	(12.100.970)	(9.128.766)
Custos de pessoal – Contrato de Gestão (nota 23)	(28.493.112)	(22.017.374)
Serviços de autônomos	-	(6.036)
Serviços de empresas	(472.892)	(738.035)
Serviços de empresas – Contrato de Gestão (nota 23)	(6.640.386)	(4.810.971)
Medicamentos	(3.857.972)	(3.136.491)
Medicamentos – Contrato de Gestão (nota 23)	(61.750)	-
Mater. Hospitalares – Contr. De Gestão (nota 23)	(1.995.920)	(1.089.142)
Materiais de enfermagem	(1.560.944)	(1.359.825)
Materiais e serviços de laboratório	(165.988)	(502.362)
Materiais e serv.de laboratório – C. Gestão (nota 23)	(740.799)	(1.422.767)
Órteses e próteses	(67.461)	(98.900)
Material de escritório	(103.608)	(160.461)
Material de escritório – Contrato de Gestão (nota 23)	(1.421)	(11.659)
Gêneros alimentícios	(5.396)	(266.465)
Gêneros alimentícios – Contrato de Gestão (nota 23)	(1.107.245)	(729.340)
Material de lavanderia, costura e roupas	-	(50.887)
Material de limpeza	(87.316)	(17.701)
Material de limpeza – Contrato de Gestão (nota 23)	-	(50.367)
Outros custos	(80.616)	(290.089)
Outros custos – Contrato de Gestão (nota 23)	(509.455)	(170.960)
Total	(89.247.321)	(74.792.781)

20. Despesas Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Materiais em geral	(398.028)	(526.029)
Materiais em geral – Contrato de Gestão (nota 23)	(151.817)	-
Impostos, taxas e contribuições	(27.224)	(1.419)
Impostos, taxas e contribuições – Contrato de Gestão (nota 23)	(712)	-
Aluguéis	(76.981)	(372.660)
Aluguéis e Utilidade Pública – Contrato de Gestão (nota 23)	(2.296.693)	(1.119.832)
Energia elétrica	(50.443)	(655.982)
Energia elétrica – Contrato de Gestão (nota 23)	(602.223)	-
Água e esgoto	(21.314)	(375.442)
Água e esgoto – Contrato de Gestão (nota 23)	(211.930)	-
Conservação e manutenção	(61.804)	(54.914)
Conservação e manutenção – Contrato de Gestão (nota 23)	(723.774)	-
Despesa com depreciação	(391.756)	(368.576)
Acordos e custas processuais	(25.854)	(476.287)
Provisão para contingências	(368.461)	(107.456)
(Provisão) reverão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(291.776)	108.150
Bens e materiais permanentes – Contratos de Gestão (nota 23)	(13.268)	(611.575)
Diversas	(242.556)	(345.752)
Diversas – Contrato de Gestão (nota 23)	(341.447)	-
Total	(6.298.061)	(4.907.774)

21. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Descrição	2020	2019
Recuperações de despesas	2.346	11.847
Serviços voluntários obtidos	(627.200)	-
Taxa Inscrição processo seletivo	-	20.960
Ganho na alienação de bens	1.756	-
Outras receitas	12.237	45.982
Serviços voluntários obtidos	627.200	-
Perdas no caixa (i)	(138)	(235.534)
Perdas em outros ativos (ii)	(2.155)	(283.573)
Total	14.046	(440.318)

(i) Reconhecimento de perdas sobre a falta de recebimento dos atendimentos particulares, o qual a Administração da Fundação passou a adotar novos procedimentos e controles neste exercício.

(ii) Substancialmente, representado por perdas decorrentes de convênios que se encontravam em aberto para discussão (glosas).

22. Resultado financeiro líquido

Descrição	Reapresentado	
	2020	2019
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	5.040	74.145
Rendimentos sobre aplicação financeira	42.434	72.242
Juros ativos	1.746	498
	<u>49.220</u>	<u>222.621</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(290.387)	(386.617)
Despesas bancárias	(96.709)	(83.670)
	<u>(387.096)</u>	<u>(546.023)</u>
Total	(337.876)	(323.402)

23. Contratos de gestão

Descrição	Reapresentado	
	2020	2019
Ativo:		
Bancos conta movimento (nota 4)	381.877	675.007
Aplicações financeiras (nota 4)	12.258.433	4.261.547
Contratos de gestão a receber (nota 5)	3.844.878	11.648.736
Estoques (nota 6)	852.637	-
Reajuste Salarial a Apropriar (nota 7)	954.415	-
Adiantamentos de fornecedores (nota 7)	6.548	-
Adiantamento a colaborador (nota 7)	230.873	-
Outros créditos	4.965	-
Total do ativo	18.534.626	15.940.688
Passivo:		
Fornecedores e Honorários médicos (nota 10)	3.999.241	3.267.418
Salários, encargos sociais e obrig. tributárias (nota 11)	3.050.576	1.801.513
Provisão de reajuste salarial	954.415	-
Provisão de férias e encargos	3.467.358	1.856.615
Outras obrigações (nota 12)	380.309	214.196
Contingências trabalhistas (nota 14)	36.621	
Contratos de gestão a realizar (nota 13)	6.646.106	8.800.946
Total do passivo	18.534.626	15.940.688
Varição entre ativo e passivo	-	-
Receitas serviços de saúde:		
Contrato de Gestão – UBDS Central	18.533.418	15.424.627
Contrato de Gestão – UBDS Quintino II	12.417.400	17.733.095
Contrato de Gestão – UPA Leste Federal	5.992.300	6.000.000
Contrato de Gestão – UPA Leste Municipal	16.690.034	12.394.367
Contrato de Gestão – Cristo Redentor Municipal	747.679	849.299
Contrato de Gestão – Cristo Redentor Federal	900.715	191.959
Convênio – Hospital Municipal Francisco de Assis	2.555.574	-

Continua...

...Continuação

Descrição	Reapresentado	
	2020	2019
Contrato de Gestão - UPA Norte	8.246.004	-
Contrato de Gestão - UPA Leste Estadual	772.550	
Contrato de Gestão - UPA Oeste	1.977.165	-
Total das receitas serviços de saúde (nota 17)	68.832.839	52.593.347
Custo dos serviços prestados:		
Serviços médicos - Contrato de Gestão (nota 19)	(22.715.635)	(20.559.360)
Custos de pessoal - Contrato de Gestão (nota 19)	(28.493.112)	(22.017.374)
Despesa de pessoal - Contrato de gestão	(2.225.251)	-
Serviços de empresas - Contrato de Gestão (nota 19)	(6.640.386)	(4.810.971)
medicamentos - Contrato de Gestão (nota 19)	(61.750)	-
Mater. Hospitalares - Contrato de Gestão (nota 19)	(1.995.920)	(1.089.142)
Materiais de laboratório - C. de Gestão (nota 19)	(740.799)	(1.422.767)
Material de escritório - Contrato de Gestão (nota 19)	(1.421)	(11.659)
Gêneros alimentícios - Contrato de Gestão (nota 19)	(1.107.245)	(729.340)
Material de limpeza - Contrato de Gestão (nota 19)	-	(50.367)
Outros custos - Contrato de Gestão (nota 19)	(509.456)	(170.960)
Materiais em geral - Contrato de Gestão (nota 20)	(151.817)	-
Impostos, taxas e contr. – Contr. de Gestão (nota 20)	(712)	-
Desp. adm. e gerais - Alugueis e util. pública (nota 20)	(2.296.693)	(1.119.832)
Energia elétrica - Contrato de Gestão (nota 20)	(602.223)	-
Água e esgoto - Contrato de Gestão (nota 20)	(211.930)	-
Conservação e manut. - Contrato de Gestão (nota 20)	(723.774)	-
Diversas - Contrato de Gestão (nota 20)	(341.447)	-
Bens e Mat. Permanentes (nota 20)	(13.268)	(611.575)
Total dos custos e despesas	(68.832.839)	(52.593.347)
Receita (-) custos e despesas	-	-

24. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas (não auditado)

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

a. Assalariados:

Mês de competência	2020		2019	
	Base de cálculo	Isenção	Base de cálculo	Isenção
Janeiro	2.489.453	716.962	2.300.064	662.418
Fevereiro	2.437.332	701.952	2.185.505	629.425
Março	2.533.183	729.557	2.204.941	635.023
Abril	2.582.838	743.857	2.329.279	670.832
Maiο	2.690.751	774.936	2.336.532	672.921
Junho	2.833.837	816.145	2.416.989	696.093
Julho	2.944.501	848.016	2.407.920	693.481
Agosto	3.076.580	886.055	2.362.415	680.376
Setembro	3.115.061	897.138	2.464.940	709.903
Outubro	3.204.740	922.965	2.425.237	698.468
Novembro	3.551.852	1.022.933	2.479.228	714.018
Dezembro	3.482.164	1.002.863	2.384.509	686.739
13º salário	2.639.391	760.146	2.042.991	588.381
Total	37.581.683	10.823.525	30.340.550	8.738.078

b. Autônomos:

Mês de Competência	2020		2019	
	Remuneração Paga	Isenção	Remuneração paga	Isenção
Janeiro	8.720	1.744	9.136	1.827
Fevereiro	5.720	1.144	7.476	1.495
Março	5.720	1.144	7.213	1.443
Abril	29.047	5.809	8.263	1.653
Maio	23.863	4.773	7.213	1.443
Junho	23.863	4.773	6.448	1.290
Julho	30.344	6.069	5.807	1.161
Agosto	21.272	4.254	5.720	1.144
Setembro	16.088	3.218	5.720	1.144
Outubro	12.200	2.440	5.720	1.144
Novembro	5.720	1.144	4.957	991
Dezembro	5.720	1.143	4.674	935
Total	188.277	37.655	78.347	15.670

25. Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

26. Remuneração da administração

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades.

27. Composição dos órgãos de Administração da Fundação

A Fundação contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Conselho Curador – constituído de cinco membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por igual período. Sendo três membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, um membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, e um membro eleito entre os empregados e servidores cedidos à Fundação. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Conselho Fiscal – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros, sendo um representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, um indicado pela Secretaria Municipal da Casa Civil e um indicado pela Secretaria Municipal da Fazenda. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Diretoria Executiva – órgão da Administração da Fundação e subordinada ao Conselho Curador, é constituída das seguintes funções de livre provimento: um diretor administrativo e um diretor técnico.

28. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A Fundação Hospital Santa Lydia, protocolou em 3 de novembro de 2011, junto ao Ministério da Saúde, na qualidade de sucessora do Instituto Santa Lydia, pedido de substituição de Requerente nos processos de Renovação de CEBAS, passados, ainda sob análise: Processo nº 250000.666490/2009-89. Cabe salientar que naquela mesma data foi formalmente requerido ao Ministério da Saúde por meio do Processo nº 25000.191819/2011-69 a inclusão como requerente, juntando neste ato todos os atos constitutivos da Fundação.

Em 27 de junho de 2012 tempestivamente protocola novo pedido de renovação já em nome da Fundação Hospital Santa Lydia: Processo nº 25000.109649/2012-68. Diante da apreciação da Lei 12.101/2009, Decretos nº 7.237 e 7.300/2010 e Portaria 1.970/GM de 16 de agosto de 2011, a Fundação preenche plenamente todos os requisitos conforme determinações expressas na legislação vigente, portanto até o presente momento não há óbices na concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Saúde) pelo Ministério da Saúde.

Mediante ao Parecer Técnico nº 515/2014 CG CER/ DCE/ BAS/ JAS/ MS constante no Processo nº 2.500 109649/2012-68/MS, concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes na Legislação vigente. Desta forma, foi deferido o Pedido de Concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, pelo período de três anos a contar de 31 de dezembro de 2014, data da publicação da Portaria nº 1.516 de 30/12/2014 no Diário Oficial da União – DOU nº 253.

Por fim, por meio da portaria nº 222, de 10 de março de 2021 foi aprovada à renovação do CEBAS este tem validade pelo período de 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2023.

29. Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

30. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.
